

**PROCESSO Nº 16/2019**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06A/2019- REPUBLICADO**

O MUNICÍPIO DE LAGES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às **09:00 horas** do dia **02 de maio de 2019**, licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preços, **Pelo Menor Preço por Item**, regida pela Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7.014/03, pela Lei Complementar nº 123/06 e por este Edital, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, nesta cidade, destinado à Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Desinsetização, Dedetização, Desratização, Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água, Limpeza de Fossas Sépticas e Caixas de Passagens e Limpeza de Caixas de Gordura das Unidades e Setores da Secretaria Municipal da Saúde de Lages e para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

**1. DO OBJETO:**

1.1 Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Desinsetização, Dedetização, Desratização, Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água, Limpeza de Fossas Sépticas e Caixas de Passagens e Limpeza de Caixas de Gordura das Unidades e Setores da Secretaria Municipal da Saúde de Lages e para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital;

**2. DA RETIRADA DO EDITAL:**

2.1 Far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 18:00 horas, no Setor de Licitações e Contratos, à Rua Benjamin Constant nº 13, Lages, SC, ao custo de R\$ 20,00, mediante a entrega de comprovante de depósito em conta, efetuado na Caixa Econômica Federal, Operação 006, Agência 0420, Conta nº 4-6, em nome da Prefeitura ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), **sem ônus**.

**3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):**

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados à Secretaria de Administração aos cuidados do Pregoeiro, devidamente protocolizados no setor competente, podendo, para efeito de agilização, ser transmitidos via e-mail [licita3@lages.sc.gov.br](mailto:licita3@lages.sc.gov.br), em até no máximo 03 (três) dias antes da abertura do certame, com a remessa do original via registro postal;

3.2 Outras informações pelo telefone: (49) 3221-1005.

**4. DO(S) PRAZO(S):**

**4.1 De Início**, contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

**4.2 De Execução**: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

**4.3 De Entrega/Local**: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) por ela(s) indicado(s);

**4.4 De Recebimento**: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

**4.5 Da Ata de Registro**: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**5. DO(S) PAGAMENTO(S):**

5.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) execução(s) do(s) serviço(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is), decorrente(s), nos termos do art. 40, XIV, “a” da Lei 8.666/93;

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da

comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

5.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

## 6. DA REVISÃO DOS PREÇOS:

6.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

6.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

6.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

6.5 Caso o Município de Lages já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize a entrega do produto, e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

6.6 O Município de Lages terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município;

6.7 Na hipótese de reajuste de preços, o critério de atualização financeira será em conformidade com art. 40, XI da Lei 8.666/93.

## 7. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data definida para abertura do certame.

## 8. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

8.1 O objeto desta licitação será contratado com recursos provisionados, respectivamente, nas contas:

a) **Secretaria da Saúde:** 80% da UNIÃO, provisionados nas contas: 20.003.2.404 – BLAT FNS – Piso de Atenção Básica PAB, código de despesa 6, 20.004.2.410 – BLMAC FNS – Cerest Centro Ref. Saúde Trabalhador, código de despesa 18, 20.004.2.411 – BLMAC FNS – Resme Rede Saúde Mental, código de despesa 20 e 20.005.2.421 – BLVIG FNS – Ações de Vigilância em Saúde, código de despesa 30; 10% PRÓPRIOS, provisionados na conta: 20.007.2.403 – CIS AMURES – Consórcio Intermunicipal de Saúde, código de despesa 44 e 10% do ESTADO, provisionados na conta: 20.006.2.430 – ATB ESTADO - Ações de Atenção Básica à Saúde, códigos de despesa 32, Elemento de Despesa 33903916;

Valor Total Máximo Estimado: R\$ 170.967,10 (cento e setenta mil, novecentos e sessenta e sete reais e dez centavos);

b) **Secretaria da Assistência Social e Habitação:** 64,07% da UNIÃO, provisionados nas contas: Órgão 21: Un. 02 – Desp. 06 – 2602 – Proteção Social Básica – CRAS; Desp. 09 – 2603 – Proteção Social Média Complexidade – CREAS, Centro POP e Desp. 12 – 2604 – Proteção Social Alta Complexidade – SAICAS, Acolhimento POP; 35,92% MUNICÍPIO, provisionados nas contas: Órgão 21: Un. 04 – Desp. 28 – 2608 – MUNIC. Serviços de Proteção Social - Sede, Conselho Tutelar, Cozinha Comunitária, Padaria,

Banco de Alimentos, Vida Ativa/Leazinho, – Órgão 60: Un. 01 – Desp.195 - 2615 – MUNIC.- Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa – CCI; Órgão 02: Un. 01 – 2202 – MUNIC. Manutenção das Atividades do Gabinete – Inclusão e Cidadania e Órgão 55: Un. 01 – 2619 – Manutenção das Atividades da Habitação, Desp. 190, Elemento de Despesa 339039-78;

Valor Total Máximo Estimado: R\$ 103.687,49 (cento e três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

**8.2 Valor Global Máximo Estimado: R\$ 274.654,59** (duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

## 9. DA PARTICIPAÇÃO:

9.1 Poderão participar da presente licitação Empresas, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, consoante art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital;

9.2 Não poderão participar Empresas que estejam sob processo de falência, ou concordata, ou em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, em dissolução, em liquidação, suspensas, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta, de qualquer dos poderes, da União, dos Estados e dos Municípios, desde que o ato tenha sido publicado em imprensa oficial, pelo órgão autor da sanção ou Responsável;

9.3 A participação na presente Licitação, enseja a aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seu(s) anexo(s);

9.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente nesta licitação, servidor ou dirigente da Prefeitura do Município de Lages, seja da administração direta ou indireta, bem como os demais impedimentos constantes do art.9º, da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

## 10. DO CREDENCIAMENTO:

10.1 Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

10.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando cópia do Ato Constitutivo/Estatuto/Contrato Social e da cédula de identidade e, se esta, não tiver autenticada, acompanhada da via original ou, de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

10.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado das cópias da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

10.4 A pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante, desde que não concorram entre si no mesmo item/lote;

10.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado na sessão de abertura não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

**10.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso;**

**10.7 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mãos.**

## 11. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

**ENVELOPE N° 01 – PROPOSTA**

**ENVELOPE N° 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

## **12. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:**

12.1 Os envelopes: n° 01 – Proposta e n° 02 – Documentação de Habilitação poderão ser entregues no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura, à Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages – SC, até as **09:00 horas do dia 02 de maio de 2019;**

12.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

12.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

## **13. DA SOBRESCRICÃO DO ENVELOPE N° 01**

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial n° **06/2019.**

Abertura às **09:00 horas** do dia **02 de maio de 2019.**

Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, CEP 88501-900, Lages, SC.

**Proposta**

## **14. DA PROPOSTA:**

14.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo e carimbado com a Razão Social;

14.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

14.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador);

14.3.1 Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do licitante devidamente identificado;

14.3.2 Na hipótese prevista no subitem anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

14.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

14.5 Ter validade de no mínimo 90 dias;

14.5.1 Na hipótese de o prazo de validade estar omitido na proposta, esta será considerada válida por 90 (noventa) dias;

14.6 O(s) serviço(s) deverá(ão) ser cotado(s) e descrito(s) com as especificações necessárias para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

14.7 O(s) preço(s) deverá(ão) ser cotado(s) por item, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e nele(s), deverá(ão) estar incluído(s) toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto deste Edital;

### **14.8 Estar acompanhada:**

14.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) serviço(s) licitado(s);

14.8.2 Da Declaração de que aceitam as condições impostas por este edital e que se submetem ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

14.8.3 Da Declaração de que o(s) serviço(s) a ser(em) executado(s) ficará(ão) sob a sua inteira responsabilidade, até a sua consecução;

14.8.4 Da Declaração de que cumprem plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação,

nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02;  
14.8.5 Da Declaração de que se enquadram na condição de ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006 e Alterações Posteriores;

**NOTAS:**

- **Para se servir da segurança que o procedimento oferece, e em consequência a agilizar o cadastramento das propostas com a eficiência que o expediente requer, postula-se para que a proposta seja enviada por meio do arquivo BETHA AUTO-COTAÇÃO, o qual se encontra disponibilizado no site do Município, juntamente com o Edital;**

- O pendrive/CD com os dados gravados deverá estar inserido juntamente com a proposta no Envelope nº 01 ou entregue em mãos juntamente com os envelopes;

- No caso de dificuldade de leitura do meio magnético utilizado, será facultado o prazo de 10 minutos à empresa para adequar o meio utilizado ou encaminhar a proposta e planilha por e-mail.

**OBS:** Anexar, preferencialmente na Proposta, Declaração formal, indicando o endereço, número de telefone da Empresa, bem como, o nome, o nº do RG e o cargo do titular que a representará no contrato decorrente, se vencedora.

**15. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02**

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial nº **06/2019**.

Abertura às **09:00 horas** do dia **02 de maio de 2019**.

Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, CEP 88501-900, Lages, SC.

**Documentação de Habilitação**

**16. DA HABILITAÇÃO:**

**16.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:**

16.1.1 Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo/Estatuto acompanhado da Ata da Assembléia que elegeu a diretoria em exercício;

16.1.2 Comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, através da Certidão Simplificada atualizada no máximo 90 (noventa) dias da data da abertura da licitação expedida pelo Registro competente, para fins de aplicação dos procedimentos definidos na LC nº 123/06 e Alterações Posteriores.

**16.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

16.2.1 Cópia do CNPJ;

16.2.2 Cópia do Cadastro Municipal ou Estadual de Contribuintes, se houver;

16.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do Domicílio Sede do Licitante;

16.2.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

16.2.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e Previdenciária, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

16.2.6 Prova de Regularidade com FGTS;

16.2.7 Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43.



### 16.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- **PARA A EMPRESA QUE COTAR O ITEM 01 – DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO.**

16.3.1 Alvará Sanitário, em vigência;

16.3.2 Comprovar, através de alvará ou outro documento legalmente reconhecido a disponibilização de veículos para transporte dos produtos saneantes desinfetantes e equipamentos dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender as exigências legais para o transporte de produtos perigosos, consoante disposto no art. 14 da RDC nº 52/2009;

16.3.3 Prova de Registro e Regularidade da Empresa com o Conselho Regional competente a que pertence, com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente, em vigência na data estabelecida para entrega dos envelopes, pertinentes ao certame;

16.3.4 Certidão de Registro do Responsável Técnico no Conselho Regional a que pertence, atestando a responsabilidade técnica em serviço de Controle de Vetores e Pragas, Desinsetização e Desratização, em vigência;

16.3.5 Comprovar que possui em seu quadro de pessoal, na data da entrega dos envelopes, Profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante devidamente habilitado pelo respectivo Conselho Profissional a que pertence, passado(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico(CAT), registrada e emitida pela entidade competente, que tenha executado serviço semelhante e compatível com objeto licitado;

16.3.6 Comprovar que o Profissional indicado, pertence ao quadro de pessoal da Empresa, mediante apresentação da ficha de registro de empregados, autenticada junto a D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) ou cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou contrato específico de prestação de serviços e/ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do Ato Constitutivo;

16.3.6.1 Na inviabilidade de comprovar que o Profissional indicado pertence ao quadro de pessoal da Empresa, apresentar termo de compromisso, comprometendo-se a contratá-lo até a data da assinatura do contrato, se vencedora.

16.3.7 Cópia da Licença Ambiental de acordo com os termos do art. 50, digo equivalente ao 5º da RDC nº 52/2009 ou apresentar declaração de Atividade não Constante emitida pela IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina;

16.3.8 Comprovar o vínculo de no mínimo 03(três) funcionários com a empresa na forma instruída pela NR33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados e pela NR35 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Altura;

16.3.9 Comprovação através da LAO – Licença Ambiental de Operação ou de Contrato em nome da empresa celebrado com terceiro, autorizando a Coleta, o Transporte, o Tratamento e a Disposição Final dos resíduos gerados no controle de pragas;

- **PARA A EMPRESA QUE COTAR O ITEM 02 – LIMPEZA E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS.**

16.3.10 Alvará Sanitário, em vigência;

16.3.11 Prova de Registro e Regularidade da Empresa com o Conselho Regional competente a que pertence, com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente, em vigência na data estabelecida para entrega dos envelopes, pertinentes ao certame

16.3.12 Certidão de Registro do Responsável Técnico no Conselho Regional a que pertence, atestando a responsabilidade técnica em serviço de Limpeza de Reservatórios de Água, em vigência;

16.3.13 Comprovar que possui em seu quadro de pessoal, na data da entrega dos envelopes, Profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante devidamente habilitado pelo respectivo Conselho

Profissional a que pertence, passado(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), registrada e emitida pela entidade competente, que tenha executado serviço semelhante e compatível com objeto licitado;

16.3.14 Comprovar que o Profissional indicado, pertence ao quadro de pessoal da Empresa, mediante apresentação da ficha de registro de empregados, autenticada junto a D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) ou cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou contrato específico de prestação de serviços e/ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do Ato Constitutivo;

16.3.14.1 Na inviabilidade de comprovar que o Profissional indicado pertence ao quadro de pessoal da Empresa, apresentar termo de compromisso, comprometendo-se a contratá-lo até a data da assinatura do contrato, se vencedora;

16.3.15 Comprovar o vínculo de no mínimo 03(três) funcionários com a empresa na forma instruída pela NR33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados e pela NR35 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Altura;

- **PARA A EMPRESA QUE COTAR OS ITENS 03 E 04 – LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS E LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA.**

16.3.16 Alvará Sanitário, em vigência;

16.3.17 Comprovar, através de alvará ou de outro documento, legalmente reconhecido a disponibilização de veículo para o transporte e a coleta de efluentes de tanques sépticos;

16.3.18 Prova de Registro e Regularidade da Empresa com o Conselho Regional competente a que pertence, com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente, em vigência na data estabelecida para entrega dos envelopes, pertinentes ao certame;

16.3.19 Certidão de Registro do Responsável Técnico no Conselho Regional a que pertence, atestando a responsabilidade técnica em serviço de Limpeza de Reservatórios de Fossas Sépticas;

16.3.20 Comprovar que possui em seu quadro de pessoal, na data da entrega dos envelopes, Profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante devidamente habilitado pelo respectivo Conselho Profissional a que pertence, passado(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), registrada e emitida pela entidade competente, que tenha executado ou esteja executando serviço semelhante e compatível com objeto licitado;

16.3.21 Comprovar que o Profissional indicado, pertence ao quadro de pessoal da Empresa, mediante apresentação da ficha de registro de empregados, autenticada junto a D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) ou cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou contrato específico de prestação de serviços e/ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do Ato Constitutivo;

16.3.21.1 Na inviabilidade de comprovar que o Profissional indicado pertence ao quadro de pessoal da Empresa, apresentar termo de compromisso, comprometendo-se a contratá-lo até a data da assinatura do contrato, se vencedora;

16.3.22 Cópia da LAO – Licença Ambiental de Operação para Coleta e Transporte de Efluentes de tanques Sépticos sem Tratamento;

16.3.23 Cópia da LAO – Licença Ambiental de Operação para destinação final do esgoto para a estação de tratamento de esgoto, onde os resíduos serão tratados, expedida pela IMA, em vigência;

16.3.23.1 Na hipótese da Licitante não executar o serviço de destinação final (incluindo o tratamento) dos resíduos, deverá apresentar prova de contratação (cópia do contrato) da estação de tratamento de esgotos onde resíduos serão tratados e terão sua destinação final, válida na data de apresentação da proposta, juntamente com a Licença Ambiental de Operação (LAO) para destinação final de esgotos da estação, de tratamento de esgotos da empresa contratada;

## **16.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

16.4.1 Certidão negativa de Pedido de Concordata ou de Falência, ou de Recuperação Judicial ou

Extrajudicial, expedida há menos de 90 (noventa) dias.

#### **16.5 OUTROS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:**

16.5.1 Declaração formal, assinada por representante legalmente constituído, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

16.5.2 Declaração formal, assinada por representante legalmente constituído, de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

#### **NOTAS:**

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão;
- Na hipótese de documento emitido via internet estar com a validade expirada ou, de xerox apresentada sem autenticação, fica facultado ao Pregoeiro, consultar o sistema, via site, para verificar a sua regularização bem como, proceder a autenticidade da xerox apresentada sem autenticação, mediante a apresentação da via original, durante a sessão;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferentemente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente (exemplo: 1/5; 2/5...5/5), encadernados e rubricados pelo Licitante;
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pelo Pregoeiro para efeito de julgamento, independentemente da inscrição do CNPJ do Proponente;
- Caso os documentos solicitados no subitem 16.1.1 sejam apresentados no ato do credenciamento do Representante do Licitante, fica facultada a apresentação destes no envelope nº 02.

#### **17. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

17.1 Será(ão) aberto(s), preliminarmente, o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá(ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

17.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos, amparados pelo(s) valor(es) estimado(s);

17.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

17.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

17.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

17.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

17.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

17.8 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a



proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o licitante para que seja obtido melhor preço;

17.9 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

17.10 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP e, havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

17.11 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006

17.11.1 Para efeito do desempate de valor(es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

17.11.2 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de novo lance com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

17.11.3 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e/ou a que exercer, não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou o melhor preço/lance, será julgada a vencedora;

17.12 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

17.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seu(s) anexo(s);

17.14 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

17.15 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

17.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

17.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

17.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

17.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

17.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

17.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

17.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços, via e-mail, com a remessa da original via Correio;

17.23 Não havendo pelo menos 03 (três) propostas classificadas com seus respectivos Representantes, presentes, convocar-se-á o(s) autor(es) da(s) proposta(s) com melhor(es) preço(s), até completar o número previsto de 03 (três), para oferecer lance(s), qualquer que seja(m) seu(s) valor(es), respeitado o valor estimado máximo para caracterizar o princípio da competitividade.

## **18. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

18.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

18.2 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o **Menor Preço Por Item**, considerando concomitantemente para esse efeito, os quantitativos e os respectivos preços unitários de cada item, constantes da planilha orçamentária;

18.3 A(s) Proposta(s), depois de aberta(s), é (são) IRRENUNCIÁVEL(IS) e o(s) preço(s) depois de negociado(s), IRRETRATÁVEL(IS);

18.4 O(s) erro(s) de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado e, outro(s) que, não desfigure(m) a validade jurídica, eventualmente configurado(s) na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderá(ão) ser devidamente corrigido(s), não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

18.5 Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas fica facultada ao Pregoeiro, se julgado conveniente, a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações;

18.6 A adequação dos preços negociados, se necessário, será processada automaticamente pelo Sistema, considerando somente duas casas decimais depois da vírgula, com observância do arredondamento da fração dos decimais, para menos ou para mais.

## **19. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:**

19.1 Será(ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer(em) todo(s) o(s) documento(s) exigido(s) ou se estiver(em) ilegalmente formalizado(s);

19.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, hipótese em que será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, desde que requerida pelo licitante, mediante justificativa;

19.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado ao Pregoeiro, convocar a ME/EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

19.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erro(s) ou falha(s) que não altere(m) a substância do(s) documento(s) habilitatório(s) e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe(s) validade e eficácia para fins de habilitação;

19.5 Se, todos os Licitantes forem inabilitados, fica facultado ao Pregoeiro a aplicação das disposições do art. 48 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

## **20. DO DIREITO AO RECURSO:**

20.1 Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

20.2 Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na sessão pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

20.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso são pressupostos de admissibilidade do recurso;

20.4 O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, inexoravelmente via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, acompanhado da xerox do Ato Constitutivo do Outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do Outorgado, o qual será encaminhado à Autoridade Competente, para apreciação e decisão;

20.5 O recurso administrativo encaminhado via e-mail, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes conferidos ao signatário e da xerox do documento de identidade do Outorgado;

20.6 A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada de xerox do Ato Constitutivo do Outorgante, do instrumento de procuração com firma reconhecida e do documento de identificação do Outorgado, nos termos do artigo 41 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

20.7 Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas;

20.8 Não será(ao) conhecido(s) o(s) recurso(s) e/ou impugnação(ões) apresentado(s) fora do prazo legal e/ou subscrito(s) por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES**

### **• DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):**

21.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu(s) Anexo(s) e do Contrato, decorrente;

21.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 15(quinze) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver o Contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legalmente estabelecidas;

21.3 Respeitar, durante toda a vigência do Contrato, os termos do edital e de seu(s) Anexo(s);

21.4 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

21.5 Executar o objeto, dentro dos prazos e qualidades exigidos, cumprindo as determinações e apresentações, informadas pela contratante;

### **• DO CONTRATANTE:**

21.6 Emitir o Contrato em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da Homologação;

21.7 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da data da sua emissão;

21.8 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

21.9 Realizar a gestão das Atas:

a) Secretaria da Saúde: Gestor Ediel de Albuquerque – e-mail [ediel.albuquerque@saudelages.sc.gov.br](mailto:ediel.albuquerque@saudelages.sc.gov.br), tendo como substituto o servidor: Thiago da Silveira Costa – e-mail [thiago-800@hotmail.com](mailto:thiago-800@hotmail.com);

b) Secretaria de Assistência Social e Habitação: Gestor Valdir Mauricio Gobbi – e-mail [valdir.sas@lages.sc.gov.br](mailto:valdir.sas@lages.sc.gov.br), tendo como substituta a servidora: Tânia Schmitz dos Santos – e-mail [gestão.sas@lages.sc.gov.br](mailto:gestão.sas@lages.sc.gov.br);

## **22. DO REGISTRO DE PREÇOS**

22.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras;

22.2 A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas;

22.3 Órgão Gerenciador é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços;

22.4 Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços;

22.5 O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Prefeitura do Município de Lages;

22.6 A existência de Registro de Preços não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

### **23. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

23.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

23.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

23.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

23.4 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

23.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

23.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

23.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

### **24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

24.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

24.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

24.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor.

#### **25. DA CONTRATAÇÃO:**

25.1 Homologado o resultado da licitação, o Município de Lages, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 30(trinta) dias, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

25.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços e emissão de Autorização de Fornecimento e Empenho;

25.3 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

25.4 A entrega dos serviços/produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da autorização de fornecimento pelo fornecedor;

25.5 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento;

25.6 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

#### **26. DO DIREITO DE RESERVA:**

26.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

26.2 Os serviços/produtos avançados que não forem de qualidade e/ou que não atenderem, na sua plenitude, as especificações do Edital e seus anexos, não serão aceitos, sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### **27. DAS PENALIDADES E SANÇÕES:**

27.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

27.2 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor de 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

27.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

27.4 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de 10% (dez por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

27.5 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a) Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória. Cancelamento do registro na Ata;
- b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;



c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

28.1 No interesse do Município de Lages, sem que caiba à(s) Participante(s) qualquer reclamação ou indenização, poderão ser:

- a) Adiadas as aberturas das licitações;
- b) Alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- c) Filmadas/Gravadas e Transmitidas às sessões e este meio ser utilizado como prova;

28.2 Para efeito de publicidade, o resultado da licitação será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, no endereço: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br).

**29. DO FORO:**

29.1 Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Lages, 15 de abril de 2019.

**Reno Rogerio de Camargo**  
*Pregoeiro*

**Antônio Cesar Alves de Arruda**  
*Secretário de Administração e Fazenda*

**Odila Maria Waldrich**  
*Secretária da Saúde*

**Samuel Ramos**  
*Secretário de Assistência Social e Habitação*

**ANEXO I**

**ATA REGISTRO DE PREÇOS N° \_  
PREGÃO PRESENCIAL N° 06A/2019  
PROCESSO N° 16/2019**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2018 O MUNICÍPIO DE LAGES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, lavra a presente **Ata de Registro de Preços (ARP)**, referente ao Pregão 06/2019 - SMS, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras inseridas na Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06 e Alterações Posteriores, e pelo Decreto Municipal 8.928/2007 e por este Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Desinsetização, Dedetização, Desratização, Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água, Limpeza de Fossas Sépticas e Caixas de Passagens e Limpeza de Caixas de Gordura das Unidades e Setores da Secretaria Municipal da Saúde de Lages e para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

**2.1 De Início**, contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

**2.2 De Execução**: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

**2.3 De Entrega/Local**: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) por ela(s) indicado(s);

**2.4 De Recebimento**: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

**2.5 Da Ata de Registro**: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº **06A/2019**.

EMPRESA						
CNPJ						
ITEM	QUANT	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	P.UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
					TOTAL GERAL	

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) execução(s) do(s) serviços(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is), decorrente(s), nos termos do art. 40, XIV, “a” da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:**

5.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

5.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.5 Caso o Município de Lages já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize a entrega do produto, e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

5.6 O Município de Lages terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município.

5.7 Na hipótese de reajuste de preços, o critério de atualização financeira será em conformidade com art. 40, XI da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.1 O objeto desta licitação será contratado com recursos:

a) **Secretaria da Saúde:** 80% da UNIÃO, provisionados nas contas: 20.003.2.404 – BLAT FNS – Piso de Atenção Básica PAB, código de despesa 6, 20.004.2.410 – BLMAC FNS – Cerest Centro Ref. Saúde Trabalhador, código de despesa 18, 20.004.2.411 – BLMAC FNS – Resme Rede Saúde Mental, código de despesa 20 e 20.005.2.421 – BLVIG FNS – Ações de Vigilância em Saúde, código de despesa 30; 10% PRÓPRIOS, provisionados na conta: 20.007.2.403 – CIS AMURES – Consórcio Intermunicipal de Saúde, código de despesa 44 e 10% do ESTADO, provisionados na conta: 20.006.2.430 – ATB ESTADO - Ações de Atenção Básica à Saúde, códigos de despesa 32, Elemento de Despesa 33903916;

b) **Secretaria da Assistência Social e Habitação:** 64,07% da UNIÃO, provisionados nas contas: Órgão 21: Un. 02 – Desp. 06 – 2602 – Proteção Social Básica – CRAS; Desp. 09 – 2603 – Proteção Social Média Complexidade – CREAS, Centro POP e Desp. 12 – 2604 – Proteção Social Alta Complexidade – SAICAS, Acolhimento POP; 35,92% MUNICÍPIO, provisionados nas contas: Órgão 21: Un. 04 – Desp. 28 – 2608 – MUNIC. Serviços de Proteção Social - Sede, Conselho Tutelar, Cozinha Comunitária, Padaria, Banco de Alimentos, Vida Ativa/Leazinho, – Órgão 60: Un. 01 – Desp.195 - 2615 – MUNIC.- Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa – CCI; Órgão 02: Un. 01 – 2202 – MUNIC. Manutenção das Atividades do Gabinete – Inclusão e Cidadania e Órgão 55: Un. 01 – 2619 – Manutenção das Atividades da Habitação, Desp. 190, Elemento de Despesa 339039-78.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES:**

##### **• DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu(s) Anexo(s) e do Contrato, decorrente;

7.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 15(quinze) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver o Contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Respeitar, durante toda a vigência do Contrato, os termos do edital e de seu(s) Anexo(s);

7.4 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

7.5 Executar o objeto, dentro dos prazos e qualidades exigidos, cumprindo as determinações e apresentações, informadas pela contratante;

• **DO CONTRATANTE:**

7.6 Emitir o Contrato em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da Homologação;

7.7 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da data da sua emissão;

7.8 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

7.9 Realizar a gestão das Atas:

a) Secretaria da Saúde: Gestor Ediel de Albuquerque – e-mail [ediel.albuquerque@saudelages.sc.gov.br](mailto:ediel.albuquerque@saudelages.sc.gov.br), tendo como substituto o servidor: Thiago da Silveira Costa – e-mail [thiago-800@hotmail.com](mailto:thiago-800@hotmail.com);

b) Secretaria de Assistência Social e Habitação: Gestor Valdir Mauricio Gobbi – e-mail [valdir.sas@lages.sc.gov.br](mailto:valdir.sas@lages.sc.gov.br), tendo como substituta a servidora: Tânia Schmitz dos Santos – e-mail [gestao.sas@lages.sc.gov.br](mailto:gestao.sas@lages.sc.gov.br);

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

8.1 Homologado o resultado da licitação, o Município de Lages, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

8.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços e emissão de Autorização de Fornecimento e Empenho;

8.3 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.4 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da autorização de fornecimento pelo fornecedor;

8.5 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento;

8.6 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

**CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

9.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

9.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro

de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

10.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

10.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

11.2 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor de 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.4 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que a Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

11.5 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a) Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória. Cancelamento do registro na Ata;
- b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que



o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DIREITO DE RESERVA**

12.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

12.2 Aceitar os serviços/produtos, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram da presente Ata de Registro de Preço, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000, alterada, e demais normas aplicáveis. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

LAGES, SC, em ..... de ..... 2019.

*Prefeito*

*Empresa Registrada/Contratada*

*Visto da Progem*

*Gestor(a) do Contrato*

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**
**REF.:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 06A/2019

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS E CAIXAS DE PASSAGENS E LIMPEZA DE CAIXAS DE GORDURA DAS UNIDADES E SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE LAGES E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

ITEM	DESCRIPTIVO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO R\$
1	<p><b>Desinsetização e Desratização.</b> Características: Insetos rasteiros, voadores, baratas, formigas, ratos entre outros, através de serpa efetuada uma aplicação geral em toda a área comum das unidades conforme relação em anexo, em áreas interna e externa, sendo ralos, caixas de passagens, escadarias, lixeiras, refeitórios, cozinhas, banheiros, salas, corredores, garagens e demais locais que forem necessários. A realização destes serviços deve ser procedida periodicamente, uma vez que os produtos utilizados deverão ter garantia/duração de 6 meses. Após a desinsetização fazer reforço e revisão. A empresa deverá fornecer ao setor um certificado do serviço realizado.</p> <p>Desratização nas unidades conforme relação em anexo, serão realizadas com caixas do tipo porta iscas de segurança, que oferecem maior proteção ao ser humano no caso de contato direto a isca. Após a desratização fazer reforço e revisão.</p>	M <sup>2</sup>	71.324	R\$ 1,87	R\$ 133.375,88
2	<p><b>Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios</b> Método: A limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) Retirada dos resíduos; 3) Esterilização com hipoclorito de</p>	UN.	234	R\$ 151,21	R\$ 35.383,14

	sódio; 4) Enxague da área interna e secagem da caixa; e 5) Desbacterização dos canos. Reservatórios com capacidade de 1.000 litros.				
3	<b>Limpeza de Fossas Sépticas, caixas de passagens dos complexos e outros</b> Método: Esgotamento do material através de sucção por sistemas de bombas de anel líquido e hidro jatos em tubulações adequadas e remoção do material para local adequado, conforme rege a legislação.	UN.	222	R\$ 405,56	R\$ 90.034,32
4	<b>Limpeza de Caixas de Gordura.</b> Características: Limpeza e remoção do material para local adequado, conforme rege a legislação.	M <sup>3</sup>	125	R\$ 126,89	15.861,25
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO DO EDITAL</b>					<b>R\$ 274.654,59</b>

**Locais dos serviços:**

- **Secretaria Municipal de Saúde.**

Unidades	Endereços	Área construída m <sup>2</sup>	Qtde Reservatório de água	Fossa Séptica
Almoxarifado	Rua: Cruz e Souza, n° 368, Bairro: Brusque	590	0	5
CAPS II (Centro de Atendimento Psicossocial)	Av. João Goulart, S/N, Pisani - CEP 88519-500	283	4	3
CAPSad (Centro de Atendimento Psicossocial Adulto)	Rua: Correia Pinto, n° 561, Centro - CEP 88502-200	341	1	3
CAPSi (Centro de Atendimento Psicossocial Infantil)	Rua: Coronel Cordova, 1078, Centro - CEP 88502-001	263,5	1	2
CEASM	Rua: James Robert Amos, Centro	150	1	3
Centro de Controle de Zoonoses	Rua: Aníbal Afonso Ataíde, n° 1.300 Bairro: Tributo	782	7	7
CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador)	Rua: Fausto Souza, 300, Centro	200	2	2
MARCAÇÃO DE CONSULTA TFD (Tratamento Fora Domicílio)	Rua: Felipe Schmidt, n° 80, Centro, Lages - CEP 88501-135	694,86	1	6

<b>TRIAGEM</b>				
<b>FARMÁCIA BÁSICA</b>				
<b>Residencial Terapêutico</b>	Rua: Moises Furtado, 413 Centro - CEP 88502-080	240	1	3
<b>PAPS ( Programa de Atenção Psicossocial)</b>	Rua: Fausto Souza, 300, Centro	200	1	2
<b>Policlinica Municipal</b>	Praça Leoberto Leal, 20, Centro	1.592	2	7
<b>U.S. BODEGÃO</b>	INTERIOR	90	1	2
<b>U.S. CAVEIRAS</b>	INTERIOR	90	1	2
<b>U. S. GUARUJÁ/CAIC Irmã Dulce</b>	Rua João Abreu Barbosa, s/n - Guarujá - Lages/SC - CEP 88521-103	300		5
<b>U.S Centro</b>	Rua: James Robert Amos, Centro	410	1	5
<b>U.S. CAÇA E TIRO</b>	Rua Cirilo Vieira Ramos, 782 - Caça e Tiro - Lages/SC - CEP 88503-200	50	0	1
<b>U.S. CENTENÁRIO</b>	Rua Visconde de Cairú, 185 - Centenário - Lages/SC - CEP 88512-030	140	2	3
<b>U.S. COPACABANA</b>	Rua Presidente Kennedy, 632 - Copacabana - Lages/SC - CEP 88504-250	140	1	3
<b>U.S. CORAL</b>	Rua Campos Sales, 22 - Coral - Lages/SC - CEP 88520-290	250	3	3
<b>U.S. COXILHA RICA</b>	O Bodegão	90	1	2
<b>U.S. FREI ROGÉRIO</b>	Rua João José Godinho, S/N - Frei Rogério - Lages/SC - CEP 88506-080	60	1	2
<b>U.S. GETHAL</b>	Rua Pedro Fernandes Gaspar, 139 - Gethal - Lages/SC - CEP 88520-000	100	2	2
<b>U.S. HABITAÇÃO</b>	Rua Guaviju, s/n - Lages/SC - CEP 88511-440	110	2	2
<b>U.S. INDIOS</b>	INTERIOR	84	1	2
<b>U.S. MACACOS</b>	INTERIOR	40	0	1
<b>U.S. PASSOS DOS FERNANDES</b>	INTERIOR	90	1	2
<b>U.S. PENHA</b>	Rua Nossa Senhora da Penha, 398 - Penha - Lages/SC - CEP 88525-570	200		3
<b>U.S. PETROPÓLIS</b>	Rua Joinville, 200 - Petrópolis - Lages/SC - CEP 88505-211	250	2	4
<b>U.S. POPULAR</b>	Rua Sebastião Ataíde, s/n - Popular - Lages/SC - CEP 88526-093	150	2	3
<b>U.S. PROMORAR</b>	Travessa Indalécio Domingos Arruda, L 14 - nº10- Bela Vista - Lages/SC - CEP 88501-010	50	1	1
<b>U.S. RANCHO DE TÁBUAS</b>	INTERIOR	60	1	2
<b>U.S. SANTA CATARINA</b>	Rua Dr. Aujor Luz, s/n - Santa Catarina - Lages/SC - CEP 88512-400	300	1	4

<b>U.S. SANTA HELENA</b>	Avenida Caldas Júnior, s/n - Santa Helena - Lages/SC - CEP 88504-430	350	2	5
<b>U.S. SANTA MÔNICA</b>	Rua Esporte Clube Palmeiras, 337 - Santa Mônica - Lages/SC - CEP 88516-320	150	1	3
<b>U.S. SÃO CARLOS</b>	Rua Hercílio Batista Oliveira, 166 - São Carlos - Lages/SC - CEP 88519-070	100	2	2
<b>U.S. SÃO CRISTOVÃO</b>	Rua Maranhão sn	174	2	3
<b>U.S. SÃO FRANCISCO</b>	Rua Haeckel de Tavares, S/N - São Francisco - Lages/SC - CEP 88506-460	60	1	2
<b>U.S. SÃO JORGE</b>	INTERIOR	90	1	2
<b>U.S. SÃO JOSÉ</b>	Avenida II Batalhão Ferroviário, 363 - Conta Dinheiro - Lages/SC - CEP 88520-100	150	1	3
<b>U.S. SÃO MIGUEL</b>	Rua Bernardo Gonçalves Kuster, 750 - São Miguel - Lages/SC - CEP 88525-060	60	1	2
<b>U.S. SÃO PEDRO</b>	Rua João Faustino dos Santos, 81 - São Pedro - Lages/SC - CEP 88500-000	150	2	3
<b>U.S. TRIBUTO</b>	Rua Padre Ludovico Kuck, S/N - Tributo - Lages/SC - CEP 88521-400	350	2	4
<b>U.S. UNIVERSITÁRIO</b>	Rua Gama D' Eça, S/N - Universitário - Lages/SC - CEP 88511-550	80	0	2
<b>U.S. VÁRZEA</b>	Rua Farias de Brito, 410 - Várzea - Lages/SC - CEP 88526-360	110	1	2
<b>U.S. VILA MARIZA</b>	Rua Jaci Elias Andrade, 165 - Vila Mariza - Lages/SC - CEP 88524-630	60	1	2
<b>U.S. VILA NOVA</b>	Rua Anísio Mortari, 90 - Vila Nova Lages/SC - CEP 88503-301	50	0	2
<b>VIGILÂNCIA EM SAÚDE/LABORATÓRIO</b>	Praça Leoberto Leal, nº 20, Centro	492	3	6
<b>VISA (Vigilância Sanitária)</b>	Rua: Professor Walter Dachs, nº 60, Centro	279	3	3
<b>CONTROLE AVALIAÇÃO E AUDITORIA</b>	Praça Leoberto Leal, nº 20, Centro	1.958,24	5	7
<b>COORDENAÇÃO DE T.I</b>				
<b>DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS</b>				
<b>GABINETE</b>				
<b>MARCAÇÃO DE CONSULTA</b>				
<b>PAMTB (Pronto Atendimento Tito Bianchini)</b>				
<b>SERVIÇO SOCIAL</b>				
<b>TFD (Tratamento Fora Domicílio)</b>				



<b>TRIAGEM</b>				
<b>ESF</b>				
<b>APOIO ADMNISTRATIVO</b>				
<b>OUIDORIA</b>				
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>13.689,74</b>	<b>73</b>	<b>150</b>

- **Secretaria Municipal de Assistência Social.**

<b>Nº ITEM</b>	<b>EQUIPAMENTO/ ENDEREÇO</b>	<b>ÁREA TOTAL m²</b>	<b>CAIXA D'ÁGUA</b>	<b>FOSSA SÉPTICA</b>	<b>CAIXA DE GORDURA m³</b>
1	<b>SAICA - CASA 1</b> - Rua Portugal s/n - Bairro Guarujá.	891,79	7	9	5
2	<b>SAICA - CASA 2</b> - Rua José Córdova dos Santos, s/n - Bairro Santo Antônio.	327,27	4	6	5
4	<b>ACOLHIMENTO POP</b> - Rua Frei Gabriel nº 848 - Bairro universitário.	926,67	3	4	5
5	<b>ALMOXARIFADO</b> - Avenida Brasil, nº 777, Bairro São Cristóvão.	300,00	2	2	5
6	<b>CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO</b> - Rua Cláudio Galeno, nº 153, bairro Várzea.	503,80	6	3	5
7	<b>BANCO DE ALIMENTOS</b> - Rua Visconde de Cairú s/nº - bairro Centenário.	215,00	1	1	5
8	<b>CENTRO POP</b> - Rua São Joaquim, nº 241 - bairro Copacabana	428,94	1	1	5
9	<b>CONSELHO TUTELAR</b> - Avenida Presidente Vargas, nº 958 - Bairro Sagrado Coração de Jesus.	302,38	2	0	5
10	<b>COZINHA COMUNITÁRIA</b> - Rua Padre Ludovico Kuck, s/n, - Barro Vila esperança.	350,97	2	6	10
11	<b>CRAS I</b> - Rua Lauro Luiz Costa s/n - Bairro Popular.	571,93	2	5	5
12	<b>CRAS II</b> - Rua Visconde de Cairú nº 196 - Bairro Centenário.	425,35	2	4	5
13	<b>CRAS III</b> - Rua Dalila Canani Delfes nº 230 - Loteamento Lorival Bet - Bairro da Penha.	383,56	2	1	5

14	<b>CRAS IV</b> - Rua Ubaldo Gualberto de Sá, nº 60 - Bairro Tributo.	335,85	2	5	5
15	<b>CRAS V</b> - Rua Luiz Floriani Júnior, s/nº - Bairro Santa Mônica	332,84	1	1	5
16	<b>CRAS VI</b> - Rua Jair de Souza Passos nº 155 - Bairro Bela Vista.	192,42	1	1	5
17	<b>CRAS VII</b> - Av. Luiz de Camões, nº 1853 - Bairro Conta Dinheiro.	503,52	2	5	5
18	<b>CRAS VIII</b> - Rua Professor Simplício esquina com rua Sebastião Euriques de Oliveira, nº 765 - Bairro: São Pedro Loteamento Gralha Azul.	455,39	2	2	5
19	<b>CREAS I</b> - Rua Moisés Furtado, nº 155 - Centro	297,92	4	3	5
20	<b>CREAS II</b> - Rua dos Franciscanos s/n - Bairro Centenário.	263,63	2	3	5
21	<b>CREAS III</b> - Rua Campos Salles, nº 22 - Bairro Coral.	224,43	1	3	5
22	<b>HABITAÇÃO</b> - Rua Prof. Walter Dachs, 10 - Centro.	543,36	1	1	5
23	<b>INCLUSÃO E CIDADANIA</b> - Rua Caetano Vieira da Costa, nº 575, sala 02, Centro	55,08			
24	<b>PADARIA/CONFEITARIA</b> - Rua Gama D'Eça, s/nº - Bairro Universitário.	849,98	8	4	5
25	<b>PRAÇA DO CEU - VIDA ATIVA/LEÃOZINHO</b> - Rua Archilau Batista do Amaral, nº 475 - Bairro Universitário.	117,53	2	1	5
26	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO</b> - Sede - Praça João Ribeiro, nº 37 - Centro.	862,15	2	1	5
<b>TOTAL</b>		10662	62	72	125
<b>PERÍODO DE 12 MESES</b>		21324	124	72	125

